



Protestantismo em Revista é licenciada
sob uma Licença Creative Commons.

<http://dx.doi.org/10.22351/nepp.v43i01.2960>

Protagonismo feminino, igreja e mulheres no ministério da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil: a propósito dos 500 anos da Reforma

Women's protagonism, church and women in the ministry of the Evangelical Church of
Lutheran Confession in Brazil:
about the 500 years of the Reformation

*Claudir Burmann**

Resumo

A atuação das mulheres ao longo da história do Cristianismo quase sempre oscilou em direção à invisibilidade. Não porque não quisessem exercer e mostrar seu protagonismo. Mas porque seu espaço foi reduzido a quase inexistente pelas estruturas socioculturais em que o Cristianismo se desenvolveu. Mesmo que na origem do Cristianismo a partir de Jesus de Nazaré e nas primeiras comunidades cristãs as mulheres tenham exercido papel fundamental, as ideologias patriarcais e androcêntricas se impuseram nos períodos subsequentes. A Igreja se institucionalizou tendo homens como referência. Apesar disso, o registro do protagonismo feminino se manteve no Novo Testamento. Algumas outras mulheres desafiaram a lógica epocal e marcaram a história eclesial no período Medieval. Se a Reforma Protestante não reconheceu às mulheres seu protagonismo no seio cristão, possibilitou que paulatinamente se desenvolvesse. Na atualidade, em inúmeras instituições eclesiais, como na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, é reconhecido o ministério feminino em grau de igualdade a ministérios exercidos por homens. Entretanto, é um caminho árduo e sofrido para muitas mulheres que não desistiram e não desistem, impulsionadas pelas mulheres dos primórdios cristãos e pela conquista de direitos sociais em tempos recentes. É acerca dessa análise que o presente artigo se concentra.

Palavras-chave

Cristianismo. Protagonismo feminino. Reforma.

[Texto recebido em março de 2017 e aceito em junho de 2017, com base na avaliação cega por pares realizada por pareceristas ad hoc]

* Bacharel em Teologia (Escola Superior de Teologia). Bacharel em Ciências Sociais (Universidade Luterana do Brasil). Especialista em Ciências da Religião (Universidade Metodista de São Paulo). Mestre em Teologia (Escola Superior de Teologia). Doutorando em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Paraná). Professor no Centro Universitário Católica de Santa Catarina. E-mail: ir.mann@hotmail.com

Abstract

Women's action throughout the history of Christianity has almost always wavered toward invisibility. Not because they did not want to exercise and show their protagonism. But because its space has been reduced to almost nonexistent by the sociocultural structures in which Christianity has developed. Even though at the origin of Christianity from Jesus of Nazareth and in the early Christian communities women played a fundamental role, patriarchal and androcentric ideologies prevailed in subsequent periods. The Church became institutionalized with men as a reference. In spite of this, the record of female protagonism remained in the New Testament. Some other women challenged the epochal logic and marked ecclesial history in the Medieval period. If the Protestant Reformation did not recognize women's prominence in the Christian bosom, it enabled them to gradually develop. At present, in numerous ecclesial institutions, as in the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil, women's ministry is recognized on an equal footing with men's ministries. However, it is an arduous and painful path for many women who have not given up and do not give up, driven by the women of the early Christian era and the conquest of social rights in recent times. It is about this analysis that the present article concentrates.

Keywords

Christianity. Woman's protagonism. Reform.

Introdução

A investigação acerca da presença feminina no Cristianismo e na Igreja tem sido intensificada nas últimas décadas. Além da investigação, a busca por espaços efetivos e pelo protagonismo das mulheres no seio da Igreja tem assumido um caráter marcante no período recente. De certo modo, é um resgate da presença feminina original sufocada ao longo da estruturação e institucionalização do Cristianismo. No processo de institucionalização, a Igreja assumiu estruturas epocais, que excluíram as mulheres do âmbito da atuação público-organizacional. Evidentemente, na atualidade, há impulsos nessa busca e afirmação do protagonismo feminino que advém do contexto histórico, caracterizado pela abertura de espaços reflexivos e de atuação feminina.

Nas últimas décadas, o conjunto de reflexão em relação à ampliação dos direitos do ser humano trouxe impulsos afirmativos relacionados especificamente aos direitos da mulher. A consciência acerca de direitos individuais e sociais, bem como a possibilidade de acessá-los, tem sido em escala ascendente tanto no Brasil como internacionalmente. Na afirmação da existência de direitos individuais e sociais, há o reconhecimento de que as realidades existentes são um fenômeno social e não simplesmente o curso natural da criação divina. Em outras palavras, as realidades não são algo imutável, mas reformáveis. Conforme Kauchakje,

para que seja reconhecido como questão social, e uma de suas expressões, um fenômeno social precisa ser desnaturalizado, quer dizer, seus fatores, geradores e possíveis soluções buscados nas próprias relações sociais e não em justificativas exteriores a elas.¹

Esse reconhecimento é o impulsionador de lutas por melhores condições de vida, a partir da afirmação de direitos negados nas estruturas sociais e instituições ao longo da história.

A partir dessa nova compreensão de história, teólogas e teólogos, tanto do âmbito Cristianismo protestante quanto católico-romano, no contexto europeu, norte-americano e latino-americano, procederam à releitura de paradigmas hermenêuticos, especialmente desde a década de 1960. Desde então, uma infinidade de literatura foi produzida, sistematizando investigações e indicando caminhos para a afirmação da presença efetiva da mulher no contexto de comunidades e estruturas institucionais cristãs. Sem dúvida, todo esse processo continua, contrastando antigas estruturas instituídas e novas perspectivas, condizentes com as conquistas de direitos que vêm sendo afirmados. De um lado, na atualidade, em inúmeras estruturas eclesiais é verificável a presença feminina em cargos e funções sem distinção entre mulheres e homens. Por outro lado, em outras tantas estruturas eclesiais continua a necessidade de uma vigília ativa na conquista de espaços ainda fechados à atuação da mulher.

Mulheres no movimento de Jesus e no princípio do Cristianismo

A releitura atenta dos Evangelhos, Atos dos Apóstolos e das Epístolas torna evidente que as mulheres estiveram presentes e atuantes nos primórdios da história cristã. Foram protagonistas no movimento de Jesus, bem como lideraram o surgimento e a consolidação de comunidades cristãs em diferentes locais. Esses registros se mantiveram na literatura neotestamentária. Ou seja, o processo de canonização dos textos não eliminou esse protagonismo, embora as interpretações ao longo da história do Cristianismo tenham valorizado pouco essa presença e atuação de mulheres.

Deifelt² elenca diversas passagens dos Evangelhos em que há mulheres em papéis de protagonismo junto a Jesus de Nazaré. Dentre inúmeros textos em que mulheres protagonizam algum fato junto a Jesus, pode-se mencionar: a) João 2.1-12, onde a mulher-mãe incita à resolução de um problema, provocando Jesus ao início de seu ministério público; b) João 4.4-42, a uma mulher samaritana, não-judia, Jesus se revela como messias; c) em Lucas 10.38-42, mulheres recebem Jesus em sua casa e se colocam em atitude de discípulas a seus pés; d) em João 8.1-11, uma mulher tida como adúltera questiona junto a

¹ KAUCHAKJE, Samira. *Elaboração e planejamento de projetos sociais*. Curitiba: IESDE Brasil, 2008. p. 25.

² DEIFELT, Wanda. Mulheres pregadoras: uma tradição da Igreja. *Theophilos: Revista de Teologia e Filosofia, Canoas*, v. 1, n. 2, p. 353-372, 2001. p. 354-355.

Jesus o paradigma da penalização da “Lei de Moisés”; e) em Lucas 7.36-50, uma mulher se posta aos pés de Jesus em atitude de arrependimento e em reconhecimento de sua autoridade para perdoar; f) em Lucas 8.1-3, são citadas mulheres que acompanhavam Jesus – Maria Madalena, Joana, Susana, além de outras, que dedicavam seus recursos ao movimento de Jesus; g) em Lucas 8.40-56, uma mulher e uma menina são curadas de enfermidades graves, colocando em evidência a messianidade de Jesus; h) em João 19.25-27, são nominadas mulheres que presenciaram a crucificação e morte de Jesus – a mãe de Jesus e sua irmã, Maria, esposa de Clopas e Maria Madalena; i) em João 20.1-18, Jesus se revela como ressurreto primeiramente a uma mulher – Maria Madalena – e lhe ordena que anuncie aos demais discípulos. Enfim, há muitos outros textos nos Evangelhos que abordam a relação entre mulheres e Jesus, sendo que em nenhum momento há questionamento acerca da capacidade, da dignidade ou de limitações de alguma mulher para a atuação e engajamento na proposta evocada por Jesus.

Em contraste, se há mulheres que se colocam desejosas ao aprendizado junto a Jesus, discípulos-homens têm dificuldades para apreender a intencionalidade messiânica de Jesus. Mesmo após o anúncio da ressurreição, Pedro apenas creu porque entrou e viu o túmulo vazio (João 20.3-10). Além disso, não há menção de que alguém dos que são tidos como “os doze discípulos” tenha acompanhado a crucificação de seu mestre. E é um homem dos doze que, inclusive, entregou Jesus a seus adversários a fim de que o crucificassem. Outros dois discípulos intencionavam ser considerados mais importantes e superiores aos demais, sendo severamente repreendidos (Marcos 10.35-45). É claro que, apesar disso, não se pode negar a importância que também esses doze tiveram na difusão do movimento de Jesus.

De outra parte, Reimer³ apresenta um levantamento das passagens em Atos dos Apóstolos, nas quais há mulheres envolvidas na expansão cristã primeva. Destaca que há menção a mulheres que se converteram e a outras que não aderiram à fé cristã. Assim também há referências a mulheres sem maiores detalhamentos; mas há outros textos com pormenores, tendo mulheres em papéis centrais. Dentre esses textos, destacam-se a história de Safira (Atos 5.1), cúmplice do esposo, num testemunho negativo em relação ao ordenamento da vida comunitária local. Já em Atos 9.36ss, segue a história de uma mulher chamada Tabita, “seguidora de Jesus”, que dispôs de suas capacidades para a prática diaconal. Em Atos 12.12ss, há menção a uma mulher chamada Maria, em cuja casa havia junção de pessoas que oravam. Em Atos 16.11ss, é apresentada a história de Lídia, comerciante, que se converte, junto com as demais pessoas de sua casa, à mensagem cristã e coloca sua casa à disposição dos apóstolos. Em Atos 18, Priscila, junto com seu esposo Áquila, é protagonista na divulgação da mensagem cristã.

³ REIMER, Ivone Richter. *Vida de mulheres na sociedade e na igreja: uma exegese feminista de atos dos apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1995. p. 11-14.

A partir de algumas Epístolas neotestamentárias, pode ser destacado Romanos 16, em que aparece uma listagem de mulheres que exerceram papel protagonista no contexto do Cristianismo primitivo, razão pela qual são destacadas. Além da menção a homens, há menção nominal a mulheres como Febe, Priscila, Maria, Júnia, Trifena, Trifosa, Pérside, a mãe de Rufo, Júlia e a irmã de Nereu. Segundo Deifelt, “as mulheres estiveram presentes nas igrejas domésticas e também em ministérios públicos, atuando como diáconas, apóstolas, missionárias e pregadoras do Evangelho”.⁴ No desempenho de suas funções, mulheres batizavam e também oficiavam a Ceia-Eucaristia – que consistia em servir à mesa, conduzir orações, conduzir louvor, atos que eram atribuições de donas da casa, como Lídia e Febe.

Quer dizer, mesmo num olhar de relance, é possível perceber quanto o protagonismo feminino marca o Cristianismo em sua origem. Como afirma Reimer,

[...] elas – e são inúmeras – não apenas participam do caminho da salvação, mas abrem/escancaram suas portas para que mais gente possa nele se incluir. Apóstolas, trabalhadoras, missionárias... desde os princípios, junto com Jesus, antes e ao lado do apóstolo Paulo, mas que muitas vezes continuam invisíveis e são execradas da história da igreja, ontem e hoje, através de profundos, sutis e bem-elaborados efeitos advindos da história interpretativa [...].⁵

O resgate, afirmação e reafirmação dessa perspectiva é necessária e fundamental, considerando a fidelidade à mensagem original proclamada e o tempo de afirmação de direitos sociais e individuais na atualidade.

Mulheres ao longo da história da Igreja

Se no princípio do Cristianismo é claramente perceptível parceria entre Jesus e mulheres na revelação de sua messianidade, como também o protagonismo de mulheres nas comunidades cristãs primevas, ao longo da história subsequente esse protagonismo é sufocado. As razões para isso são variadas, compreendidas e interpretadas de maneiras diversas. Fiorenza lembra a diferença entre Jesus e o apóstolo Paulo a partir dos próprios contextos em que cada qual atuou: Jesus estava num contexto social, cultural e de religiosidade judaicas e Paulo situou-se mais num contexto de helenismo romano.⁶ Além disso, a expansão do Cristianismo ocorre em contextos culturais distintos – Ásia Menor, Síria, Roma, norte da África, por exemplo – sendo que na interação religiosa e cultural são gerados diferentes estilos comunitários. Ocorre um processo de encontro e diálogo, em

⁴ DEIFELT, 2001, p. 355-356.

⁵ REIMER, Ivone Richter. Para Memória delas! Textos e Interpretações na (Re)Construção de Cristianismos Originários. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2010. p. 52.

⁶ FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 111.

que uma determinada forma assume preponderância e hegemonia, sendo que no decorrer da história passa a ser considerada como a única legítima e possível.

No próprio contexto em que se dão as formulações neotestamentárias a cosmovisão predominante é androcêntrica. Assim, boa parte dessa literatura absorve esse aspecto, deixando transparecer contradições entre diferentes textos. Conforme Dreher, “o processo de canonização dos escritos neotestamentários foi, inclusive, usado contra a mulher”.⁷ O legado construído por mulheres junto a Jesus, bem como nas primeiras comunidades cristãs vai sendo cada vez mais menosprezado, num processo de desqualificação de suas capacidades. O patriarcalismo assume com intensidade a orientação teológica do Cristianismo, refletindo e expressando o que no senso comum à época vigorava.

Constata-se, pois, que já ao longo do primeiro século foram sendo introduzidos elementos culturais de contexto como verdades de fé, que acabam se erigindo acima de questões centrais da proclamação jesuânica. Nesse sentido, Deifelt aponta à introdução de códigos domésticos que definiam papéis de homens, mulheres ou crianças nos contextos familiares, religiosos e sociais. “Os códigos domésticos estabeleciam a autoridade do *pater familias*, onde o homem livre, cidadão do império romano era tido como norma. Seu poder era exercido sobre a esposa (ou esposas), filhas e filhos, escravas e escravos e animais”.⁸ Assim, aos poucos, a afirmação não discriminatória entre mulheres e homens do Cristianismo original acomoda-se a padrões culturais diferentes e até contraditórios.

Quer dizer, o espaço de atuação pública das mulheres no seio do Cristianismo vai sendo reduzido cada vez mais. O Concílio de Laodiceia, no ano de 364, conforme León, “estabeleceu, de forma definitiva, que as mulheres não poderiam – a partir de então – participar da nomeação de anciãos (presbytares)”.⁹ Essa decisão reflete o caminho pelo qual o Cristianismo percorria, na medida de sua institucionalização e universalização a partir de contextos socioculturais específicos. O protagonismo e a presença feminina foram restringidos cada vez mais, sendo limitado a formas de ascetismo, impondo um *status* de inferioridade cada vez mais intenso à mulher cristã. Conforme Fiorenza, “[...] funções de liderança não mais podiam ser exercidas por todas as mulheres, mas somente por aquelas que superaram sua feminilidade escolhendo permanecer virgens”.¹⁰ Trata-se, de fato, do processo da patriarcalização gradual que o Cristianismo eclesial foi assumindo, petrificando-se nesse modo ao longo de sua história.

É nesse sentido que durante o período medieval são afirmadas normas e codificações eclesiásticas relativas à atuação da mulher na Igreja. É formulado um

⁷ DREHER, Martin. *A Igreja no Império Romano*. São Leopoldo: Sinodal, 1993. p. 43.

⁸ DEIFELT, 2001, p. 357.

⁹ LEÓN, Maria A. Rodriguez. A discriminação da mulher na Igreja Católica. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *A mulher pobre na história da Igreja latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 30-35. p. 34.

¹⁰ FIORENZA, 1992, p. 112.

conjunto filosófico-conceitual que corrobora o que se vivenciava na eclesialidade cotidiana. Segundo León, como

pano de fundo de todo esse preconceito está subjacente a interpretação que se tem de Eva por ser ela, uma mulher, responsável pela queda da humanidade. Os Padres da Igreja assumem uma visão que Aristóteles tinha da mulher; para ele 'a mulher é um homem castrado' e por isso 'inferior ao homem'. Os Padres da Igreja tendem a identificar o masculino com a alma e o feminino com o corpo. Para Santo Agostinho, a mulher é um animal instável e fraco. Para Tertuliano, foi a mulher que abriu as portas para o demônio. São Tomás de Aquino também contribuiu para perpetuar esta interpretação de Eva como ser impuro. Para São Tomás, a mulher era o 'trabalhador inferior que dispõe o material para o artesão capaz, que é o homem'.¹¹

Evidentemente, não se pode negar a contribuição filosófico-teológica que os estudiosos mencionados legaram para o conjunto da humanidade. Mas, ao mesmo tempo, considerando os elementos hermenêuticos da atualidade, é necessário afirmar suas limitações a partir dos condicionamentos epocais e contextuais em que estavam inseridos. Ou seja, além de definições religioso-políticas, aos poucos, foi sendo elaborado um cabedal filosófico-jurídico para dar amparo à questão da exclusão da mulher cristã, de modo que a insistência na atuação protagonista de mulheres viria ser compreendido como prática herética.

Interessante é perceber que diversos movimentos internos ao Cristianismo, acusados de heréticos por questões doutrinárias diversas, tiveram mulheres em papéis protagonistas. Hoornaert lembra comunidades marcionitas, no contexto do Cristianismo asiático do segundo século, em que "as mulheres nelas exerciam ministérios importantes de ensinar, exorcizar, batizar".¹² Questões semelhantes possivelmente foram perpassando a história, uma vez que no século XII, no movimento valdense, também condenado como herético, houve mulheres pregadoras. Com a motivação de Pedro Valdo para uma nova forma de vivência cristã, segundo Dreher "mulheres e homens decidiram seguir seu exemplo e assumir a vida apostólica".¹³ Outro exemplo nesse sentido é o movimento dos cátaros, caracterizado por um modo cristão com ênfase ascética, que desafia a oficialidade eclesial, admitindo mulheres em funções de liderança, inclusive com autoridade para batizar. Igualmente esse movimento foi declarado herético.

Evidentemente, é necessário mencionar mulheres que, apesar do contexto patriarcal e androcêntrico que lhes era adverso, alcançaram repercussão tal que a história não invisibilizou da memória. Afirma Deifelt que

¹¹ LEÓN, 1984, p. 35.

¹² HOORNAERT, Eduardo. *A Memória do Povo Cristão: uma história da Igreja nos três primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 105.

¹³ DREHER, Martin. *A Igreja no Mundo Medieval*. São Leopoldo: Sinodal, 1994. p. 101.

Nomes como os de Heloísa (séc. XII), Hildegard de Bingen (séc. XII), Mechtilde de Magdeburg (séc. XIII), Catarina de Siena (séc. XIV), e Júlia de Norwich (séc. XIV) representam a contribuição das mulheres como intelectuais, teólogas, filósofas e também pregadoras (mesmo que, em grande parte, restringissem suas atividades ao espaço dos conventos). Místicas, religiosas, visionárias, elas atuaram em um momento muito peculiar dentro da história da Igreja.¹⁴

O resgate do legado dessas mulheres tem sido motivador para a busca afirmativa do protagonismo feminino em igualdade de condições ao protagonismo masculino em diferentes níveis institucionais cristãos. O processo é lento e gradual, ora incluindo retrocessos ora dando saltos positivos. Embora não tenha sido seu foco, de alguma maneira, a Reforma Protestante contribuiu para que nos últimos séculos, além de outras reflexões, também fossem desenvolvidas reflexões acerca do resgate do ministério feminino na perspectiva do sacerdócio geral de todas as pessoas que creem em Cristo.

A Reforma Protestante e as mulheres

É pacífico entre quem pesquisa a temática a compreensão de que nenhum dos reformadores envolvidos no movimento da Reforma do século XVI defendeu ou elaborou algum ponto de vista a favor do ministério feminino. As preocupações da época não alcançaram esse campo de reflexão. As abordagens se ativeram a questões teológicas relativas a práticas promovidas pela Igreja da época, tanto em aspectos da vivência pessoal da fé cristã como também da vida comunitária, englobando a compreensão de missa/culto, sacramentos e destaque das Escrituras Sagradas cristãs. Junto a isso desenrolou-se o embate eclesial, com a contestação das autoridades eclesiásticas e boa parte do conjunto de normas e doutrinas até então constituídas na história do Cristianismo.

De outra parte, o movimento da Reforma Protestante catalisou descontentamentos presentes na sociedade da época muito além da esfera teológico-religiosa. Os âmbitos da política, economia, filosofia e ciências de modo geral estavam em profunda e intensa inquietude. Evidentemente, isso não significa que houve adesão imediata, ampla e unânime ao movimento reformista. Contudo, essa conjuntura tornou viável aquele processo o que em tempos anteriores não havia ocorrido a partir de proposições de reformistas como João Wicclif ou João Huss. Segundo Dreher, “a mensagem da Reforma não pode ser deduzida do processo histórico. [...] a Reforma beneficiou-se do processo histórico. Por outro lado, sofreu as consequências deste”.¹⁵ Quer dizer, a Reforma para seu

¹⁴ DEIFELT, 2001, p. 360.

¹⁵ DREHER, Martin Norberto. A Reforma e as reformas. In: SCHWAMBACH, Claus; SPEHR, Christopher. (Orgs.). *Reforma e Igreja: estudos sobre a eclesiologia da Reforma na história e na atualidade*. São Bento do Sul: União Cristã, 2015. p. 11-31. p. 19.

relativo êxito tem como bônus questões conjunturais da época, mas também carrega consigo o ônus de se ater a uma série de paradigmas da mesma época.

É nessa direção que apontam as análises acerca do conjunto da obra de Martim Lutero. Se, a partir de uma perspectiva, há um legado positivo inegável em relação a compreensões bíblico-teológicas, a partir de outra perspectiva, transparecem conceitos e preconceitos vigentes à época. Em relação ao espaço específico ocupado pelas mulheres no contexto social e especialmente eclesial não há percepção da necessidade de desconstrução daquilo que havia sido construído ao longo da história do Cristianismo até então. Deifelt lembra que

No século XVI, o espaço ocupado pelas mulheres era bastante restrito: casa, convento, ou prostíbulo. A casa oferecia a manutenção da família, o convento dava oportunidade de educação e o prostíbulo era uma forma de sobrevivência. Lutero foi crítico à vida monástica e entendeu o celibato como contrário à ordem natural ditada por Deus. Também foi severo em relação à prostituição por entender que ela corrompe a integridade pessoal. Para Lutero, a maternidade e o matrimônio eram o lugar natural das mulheres. Em sua visão de vocação, as atividades de um sacerdote ordenado não são superiores às de uma mãe que troca as fraldas de uma criança. Lutero atribui um teor espiritual à procriação, atentando que cabia à mulher, como boa esposa e mãe, também o cuidado das crianças e a educação cristã na família.¹⁶

Quer dizer, embora haja compreensão crítica a espaços “destinados” à mulher como a vida monástica e a prostituição, o espaço de atuação da mulher em termos eclesiais e sociais é restringido ao âmbito doméstico. É claro que há a linha interpretativa de que esse espaço tem um valor muito próprio, não podendo ser menosprezada sua importância, inclusive em termos teológico-espirituais.

Se na elaboração de Martim Lutero não há menção clara e direta acerca da atuação pública feminina no contexto eclesial, essa atuação pode ser derivada de concepções gerais acerca da função que cada pessoa cristã tem a partir de seu Batismo. Nesse sentido, referencia-se um escrito de 1520, ainda no período inicial da Reforma, em que Lutero defende essa concepção:

[...] todos os cristãos são verdadeiramente de estamento espiritual, e não há qualquer diferença entre eles a não ser exclusivamente por força do ofício [...] Tudo isso se deve ao fato de que temos um Batismo, um Evangelho, uma fé e somos cristãos iguais, porque é só Batismo, Evangelho e fé que

¹⁶ DEIFELT, Wanda. Um olhar feminino sobre a Reforma Protestante. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/561775-um-olhar-feminino-sobre-a-reforma-protestante-entrevista-especial-com-wanda-deifelt>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

tornam as pessoas espirituais e cristãs. [...] Assim pois todos nós somos ordenados sacerdotes através do Batismo.¹⁷

É claro que a intencionalidade primária desse escrito estava na crítica à hierarquia eclesial da época e às formulações doutrinárias que a sustentavam. Entretanto, a ideia ali presente perpassou o pensamento protestante subsequente, especialmente o luteranismo, vindo a ser um elemento importante na afirmação eclesiológica.

Obviamente há diferenciação entre esse sacerdócio geral e o exercício de ministério eclesiástico da pregação e do ofício de sacramentos. Já tendo sido esgotadas as possibilidades de reunificação entre o movimento reformista e Igreja romana, em 1530, é afirmado um conjunto de concepções que viriam a ser norteadoras no modo protestante de afirmação de fé. Em relação à “Ordem Eclesiástica”, consta: “da ordem eclesiástica ensinam que ninguém deve publicamente ensinar na igreja ou administrar os sacramentos a menos que seja legitimamente chamado”.¹⁸ Dessa maneira é expressa a necessidade de uma delegação especial para a função da pregação e administração dos sacramentos, estabelecendo uma diferença entre o que se denomina de sacerdócio geral das pessoas batizadas. Ao mesmo tempo, nessa afirmação normativa está subjacente a não admissão de práticas radicais que excediam a intencionalidade inerente ao pensamento de Lutero.¹⁹

Mais adiante, em 1539, ao afirmar sinais por meio dos quais é possível reconhecer a Igreja, Lutero menciona, como um dos sinais, a consagração e convocação de servidores eclesiásticos para o exercício de “pregar, batizar, absolver e administrar o Sacramento, sendo que todos os demais devem aceitá-lo e concordar”.²⁰ Prima-se por pessoas com as habilidades necessárias para a função específica, escolhida e investida pela Igreja. De outra parte, nesse mesmo escrito, transparece claramente o condicionamento sociocultural de Lutero ao não incluir a possibilidade efetiva de mulheres exercerem o ministério eclesiástico, “exceto em caso de necessidade”.²¹

Independente do que Lutero e outros reformadores afirmaram à época, houve mulheres, cuja história ainda não está completamente resgatada, que defenderam o direito à pregação da palavra, fundamentando-se em passagens bíblicas. Deifelt menciona especificamente Marie Dentièrre, da Suíça, e Rachel Speght, da Inglaterra, que em épocas distintas buscaram alegar a favor do exercício ministerial também por mulheres. Outra

¹⁷ LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*: o programa da Reforma – escritos de 1520. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1989. p. 282.

¹⁸ A CONFISSÃO de Augsburgo: 1530-1580. São Leopoldo: Sinodal, 1980. p. 23.

¹⁹ SPEHR, Christopher. Sacerdócio de todos os Crentes e Ministério Eclesiástico em Lutero. In: SCHWAMBACH, Claus; SPEHR, Christopher. (Orgs.). *Reforma e Igreja*: estudos sobre a eclesiologia da Reforma na história e na atualidade. São Bento do Sul: União Cristã, 2015. p. 62.

²⁰ LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas*: debates e controvérsias, I. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1992. p. 413.

²¹ LUTERO, 1992, p. 413. Talvez seja esse um dos motivos a mais para que algumas Igrejas Luteranas continuem a não admitir mulheres no ministério eclesiástico com ordenação.

mulher destacada é Margareth Fell, do Reino Unido, que “argumentava que as mulheres não poderiam ser impedidas de pregar a Palavra de Deus [...] porque elas haviam sido escolhidas, movidas a falar pelo Espírito de Deus”.²² Ou seja, opor-se a essa questão seria opor-se à própria vontade divina. Assim, após o movimento da Reforma, inúmeras mulheres foram arguindo e abrindo caminho para que tornassem a ocupar o espaço protagonista que também nos primórdios do Cristianismo cultivaram.

Diante das antropologias patriarcais construídas ao longo da história, tem havido um grande esforço para consolidar uma antropologia igualitária, superando o androcentrismo vigente. Na década de 1990, Ruether desenvolveu um conjunto de reflexões e estudos acerca da forma patriarcal em que o Cristianismo foi erigido, tanto doutrinária quanto na vivência cotidiana, seja na esfera comunitária como no âmbito pessoal. A autora pergunta o quanto a forma em que a historicamente institucionalizada revelação de Deus através Cristo estaria inadequada, considerando os elementos socioculturais incorporados. A estudiosa responde que um “ponto de partida para esta indagação deve ser um reencontro com o Jesus dos evangelhos sinóticos – não com a doutrina acumulada sobre ele, mas com sua mensagem e sua práxis”.²³ De fato, essa perspectiva tem permeado a releitura da história, de doutrinas e de práticas, resultando num conjunto de teólogas e teólogos que lançam seu olhar a partir de outro ângulo, vislumbrando novos horizontes.

Na história recente, no contexto protestante luterano, na perspectiva afirmativa da mulher, tem predominado a afirmação do sacerdócio geral das pessoas batizadas, sem distinção, bem como a ênfase na centralidade das Escrituras Sagradas. Tem-se reiterado uma hermenêutica que visibilize a presença e atuação protagonista da mulher desde o princípio do Cristianismo. A superação de práticas historicamente arraigadas tem sido desafiante de modo permanente, tanto no âmbito teológico-teórico quanto no âmbito teológico-ecclesial-comunitário. É também nesse sentido que vem se afirmar o ministério eclesiástico com ordenação exercido por mulheres e homens em boa parte de Igrejas Luteranas em diferentes países. Na Igreja Luterana brasileira, essa prática tem início na década de 1980, embora desde a década anterior já tenha havido mulheres atuantes no ministério pastoral oficial.

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e o ministério feminino

Toda inovação traz receios e medos, uma vez que propõe mudança de paradigmas até dado momento tidos como unicamente viáveis e possíveis. Assim, o surgimento de mulheres no ambiente de estudo teológico e, aos poucos, galgando espaço para atuação no

²² DEIFELT, 2001, p. 365-366.

²³ RUETHER, Rosemary Radford. *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo: Sinodal, 1993. p. 116.

ministério pastoral em comunidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) propôs um novo olhar para a presença da mulher no contexto institucional. De um lado, a direção da Igreja tinha receio acerca da aceitação de uma “mulher-pastora” no espaço comunitário; de outro, houve mulheres que, com disposição e sofrimento, se propuseram a enfrentar pensamentos e posicionamentos adversos. Além da motivação bíblica e confessional, também o momento histórico preconizava resistência e enfrentamento a adversidades e proposição de novos caminhos.

Num olhar mais amplo, no contexto protestante luterano brasileiro, há mulheres ativas e que se mobilizam de um modo próprio desde 1899. Naquele ano surge o germe da organização interna à Igreja Luterana-IECLB, denominada Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas (OASE). Trata-se de um grupo de mulheres leigas e voluntárias, preocupadas inicialmente com questões materiais nas comunidades locais, auxiliando na arrecadação de recursos para a construção de igrejas, torres e aquisição de sinos.²⁴ É importante lembrar que é um novo período para as igrejas não católico-romanas no Brasil, uma vez que com a proclamação da República em 1889, há a promulgação de uma nova Constituição, em 1891, estabelecendo ampla liberdade religiosa, possibilitando a edificação de estruturas eclesiais antes não permitidas. Atualmente, na maioria das comunidades da Igreja há grupos de OASE organizados, coordenando atividades que cada local percebe como prementes diante dos contextos comunitários e sociais.

Na década de 1930, é oficializada a atuação de “mulheres-diaconisas” na Igreja Luterana-IECLB. Inicialmente, são diaconisas capacitadas na Alemanha que passam a atuar na Igreja. Posteriormente, há mulheres brasileiras que são preparadas para atuarem como diaconisas. Enquanto desafio missionário, essas diaconisas assumem funções de parturientes, atuam em “jardins de infância” e na enfermagem hospitalar e também em necessidades diversas em comunidades eclesiais. A partir dos anos 1970, passam a atuar em diversos “projetos sociais” com pessoas empobrecidas,²⁵ ampliando a perspectiva missionária em locais em que a Igreja não estava presente.

Embora com timidez, desde a década de 1950, há ingresso de mulheres no estudo teológico oficial, preparatório à atuação ministerial de pastores na Igreja. Apenas em 1970, uma mulher conclui efetivamente o estudo teológico e alcança o grau de bacharel em Teologia, porém, vindo a atuar na Igreja da Alemanha. Já ao longo da década de 1970, há outras mulheres que iniciam e concluem o estudo teológico com o claro objetivo de atuarem como pastoras na Igreja, sendo que internamente se intensifica a reflexão acerca da viabilidade ou não.²⁶ É um período em que, em princípio, não há nenhuma garantia

²⁴ GIERUS, Friedrich (Org.). *Mulheres que fizeram diferença*. Blumenau: Otto Kuhr, 2009. p. 61.

²⁵ DREHER, Martin. *Vida religiosa consagrada no protestantismo brasileiro*. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/vida-religiosa-consagrada-no-protestantismo-brasileiro>>. Acesso em: 30 set. 2016.

²⁶ FERNANDES, Ligiane Taiza Müller. *Mulheres e ordenação (na IECLB): novos modelos e outras possibilidades na vivência cotidiana do ministério ordenado*. Dissertação (Mestrado em Teologia) –

oficial de que ao concluir o estudo teológico haveria ordenação ao ministério pastoral ou mesmo espaço institucional para as mulheres atuarem enquanto bacharéis em Teologia.

O questionamento não estava colocado diretamente a partir de questões teológico-confessionais, mas a partir da reação que comunidades poderiam vir a ter com a implementação do ministério com ordenação exercido por mulheres. O órgão dirigente da Igreja, em 1971, se manifestou do seguinte modo:

O Conselho Diretor, nos últimos anos, ocupou-se várias vezes com esta questão, resumindo em última reunião, da seguinte maneira, o consenso ao qual chegou: a) a admissão regular de estudantes do sexo feminino, na Faculdade de Teologia da IECLB, não constitui um problema teológico. b) O Estatuto do Ministério Eclesiástico não exclui a mulher nas funções do pastorado. c) Não há, em princípio, distinção de ordem jurídica entre o pastor e a pastora. d) Na concessão de bolsas para o estudo da Teologia, não há discriminação entre estudante do sexo masculino e do sexo feminino. e) Em princípio, a administração de uma Comunidade poderá ser exercida por uma pastora. f) Em nossa Igreja são limitadas, por enquanto, as possibilidades para o aproveitamento da mulher no ministério eclesiástico.²⁷

Quer dizer, apesar do item f), é possível apreender abertura institucional para a inclusão de mulheres no exercício do ministério pastoral. Entretanto, as primeiras mulheres são ordenadas pastoras apenas na década de 1980.

No formato eclesiológico da época e que perpassa a história da Igreja Luterana-IECLB, a decisão acerca da atuação de pessoas ordenadas, seja homem ou mulher, sempre tem sido das comunidades locais. A direção eclesiástica institucional não tem pleno poder para impor a aceitação de tal ou qual pessoa ao exercício ministerial em comunidade. Se, de um lado, essa prática valoriza a decisão comunitária, base da Igreja Luterana-IECLB, de outro lado, coloca em confronto, no caso, mulheres, bacharéis em Teologia, dispostas ao exercício do ministério pastoral, e comunidades para as quais essa situação é estranha, pois é inovadora diante do que historicamente vinha sendo a realidade. Essa foi uma grande barreira a superar e, em alguma medida, em determinados espaços persiste.

Atualmente, na Igreja Luterana-IECLB há o reconhecimento de quatro ministérios com ordenação: pastoral, catequético, diaconal e missionário. Dados oficiais de outubro de 2016 apontam para o seguinte quadro, considerando o exercício (estão em atividade) desses ministérios entre homens e mulheres:

Programa de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2010. p. 23-25. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=273>. Acesso em: 18 nov. 2016.

²⁷ IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. *Boletim Informativo do Conselho Diretor*, n. 10, 16 jan. 1971.

Ministério	Homens	Mulheres	Totais
Pastoral	511	189	700
Catequético	12	33	45
Diaconal	18	44	62
Diaconisas	0	16	16
Missionário	25	14	39
Totais	566	296	862

Fonte: Banco de Dados da Secretaria do Ministério com Ordenação, 2016²⁸

Em termos percentuais, naquela data, no ministério pastoral há 73% de homens e 27% de mulheres em atividade; no ministério catequético, há 26% de homens e 74% de mulheres em atividade; no ministério diaconal, enquanto diáconos e diáconas, há 29% de homens e 71% de mulheres em atividade (as diaconisas são 100% mulheres); e no ministério missionário, há 64% de homens e 36% de mulheres em atividade. Em termos totais, há 65% de homens e 35% de mulheres no exercício do ministério eclesiástico com ordenação.

Decorridos mais de trinta anos desde a ordenação de mulheres para o exercício específico do ministério eclesiástico pastoral, verifica-se que o número de mulheres-pastoras tomou escala ascendente. Dados oficiais da Igreja acerca dos últimos cinco anos ilustram essa questão:

Ordenações ao Ministério Pastoral	2011		2012		2013		2014		2015	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
	12	3	15	13	8	9	10	9	6	6

Fonte: Banco de Dados da Secretaria do Ministério com Ordenação²⁹

Embora haja alguma oscilação de ano a ano, é visível o fato de que o ministério pastoral (ministério com ordenação) tende a ser exercido do presente para o futuro, no mínimo, em número igual ou muito semelhante entre mulheres e homens.

Analisando em perspectiva futura, considerando o período 2012 a 2016 relativo ao ingresso de estudantes no estudo teológico com vistas ao exercício do ministério com ordenação, o quadro que se apresenta é o seguinte:

²⁸ LOCH, Nara. RES: Dados sobre mulheres nos ministérios - Protocolo nro.:251237. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por ir.mann@hotmail.com, em 14 out. 2016.

²⁹ LOCH, 2016.

Ano	Homens	Mulheres	Totais
2012	18	15	33
2013	20	18	38
2014	28	22	50
2015	27	13	40
2016	24	21	45
Totais	117	89	206

Fonte: Cadastro de estudantes no Programa de Acompanhamento a Estudantes de Teologia da IECLB, 2016³⁰

Em termos percentuais totais, nesse período de cinco anos, portanto, houve o ingresso de 57% de homens e 43% de mulheres nas instituições de formação teológica ligadas à Igreja Luterana-IECLB, tendo em vista o exercício de algum ministério ordenado.

Ou seja, a tendência é o aumento da presença feminina nos ministérios ordenados da Igreja, a partir da comparação entre o primeiro quadro (retrato do presente) e o terceiro quadro (perspectiva futura). Sem dúvida, esse aumento da presença feminina nesse contexto é resultado de um conjunto de estudos, reflexões, posicionamentos, lutas e conquistas desenvolvidas e alcançadas pelas mulheres luteranas.

Considerações finais

De modo algum, é possível idealizar acerca do espaço que as mulheres têm alcançado no contexto de diversas instituições religiosas cristãs. Se numericamente as mulheres aparecem com mais intensidade, a ideologia predominante nessas instituições permanece patriarcal e androcêntrica. Em muitas circunstâncias, debates e discussões se tornam estéreis em razão da persistência na afirmação de pensamentos e lógicas historicamente erigidas e ainda compreendidas como naturais e imutáveis. Mesmo a mudança do próprio linguajar religioso contemplando a inclusividade é algo complexo e de difícil entendimento em muitas situações. Ainda mais complexas são mudanças relacionais.

Apesar disso, o que tem sido alcançado precisa ser valorizado. O resgate do protagonismo feminino dos primórdios do Cristianismo é norteador, como também inúmeras mulheres que, em seu tempo, venceram barreiras e deixaram uma marca própria de sua atuação. Sem dúvida, a Reforma Protestante, apesar de suas limitações nesse âmbito, impulsionou ao longo de seus 500 anos mudanças de paradigmas. Nesse sentido, a existência do ministério com ordenação exercido por mulheres sem restrição de ofício é um dos resultados advindos desse movimento.

Embora haja um caminho próprio e por certo ainda longo a percorrer, também na Igreja Católica Romana a discussão acerca do protagonismo feminino está presente. Esse protagonismo está tanto em nível de comunidades em que mulheres lideram atividades

³⁰ CONRAD, Debora R. K. *Informações sobre ingresso de estudantes*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por ir.mann@hotmail.com, em 11 out. 2016.

diversas, como em níveis acadêmicos em que mulheres exercem o ofício de teólogas, doutoras e professoras, onde outrora apenas homens podiam estar. O estudo de Valerio acerca do Concílio Vaticano II é um dos empreendimentos para o resgate do protagonismo tanto de religiosas quanto leigas cristãs-católicas.³¹ E é sintomaticamente positiva a iniciativa do Papa Francisco ao nomear uma “Comissão de Estudo sobre o Diaconato das Mulheres”.³² Considerando o contexto da instituição eclesial majoritária, ou do Cristianismo hegemônico na atualidade, trata-se de uma iniciativa de impacto, cuja repercussão perdurará.

Enfim, é necessário persistir no caminho da mudança de paradigma do Cristianismo marcado pelo patriarcalismo e androcentrismo. Boa trajetória já foi percorrida. Mas para uma efetiva igualitariedade se tornar realidade muito ainda há que ser transformado, muito além da iniciativa meramente humana.

Referências

A CONFISSÃO de Augsburgo: 1530-1580. São Leopoldo: Sinodal, 1980.

CONRAD, Debora R. K. *Informações sobre ingresso de estudantes*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por ir.mann@hotmail.com, em 11 out. 2016.

DEIFELT, Wanda. Mulheres pregadoras: uma tradição da Igreja. *Theophilos: Revista de Teologia e Filosofia*, Canoas, v. 1, n. 2, p. 353-372, 2001.

DEIFELT, Wanda. Um olhar feminino sobre a Reforma Protestante. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/561775-um-olhar-feminino-sobre-a-reforma-protestante-entrevista-especial-com-wanda-deifelt>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

DREHER, Martin Norberto. A Reforma e as reformas. In: SCHWAMBACH, Claus; SPEHR, Christopher. (Orgs.). *Reforma e Igreja: estudos sobre a eclesiologia da Reforma na história e na atualidade*. São Bento do Sul: União Cristã, 2015. p. 11-31.

DREHER, Martin. *A Igreja no Império Romano*. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

DREHER, Martin. *A Igreja no Mundo Medieval*. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

DREHER, Martin. Vida religiosa consagrada no protestantismo brasileiro. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/conteudo/vida-religiosa-consagrada-no-protestantismo-brasileiro>>. Acesso em: 30 set. 2016.

FERNANDES, Ligiane Taiza Müller. *Mulheres e ordenação (na IECLB): novos modelos e outras possibilidades na vivência cotidiana do ministério ordenado*. Dissertação (Mestrado

³¹ VALERIO, Adriana. *A presença feminina no Vaticano II: as 23 mulheres do Concílio*. São Paulo: Paulinas, 2014.

³² FRANCISCO cria comissão para estudar diaconisas, nomeando membesia equilibrada em termos de gênero. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/558471-francisco-cria-comissao-para-estudar-diaconisas-nomeando-membresia-equilibrada-em-termos-de-genero>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

em Teologia) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://tede.est.edu.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=273>. Acesso em: 18 nov. 2016.

FIORINZA, Elisabeth Schüssler. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Paulinas, 1992.

FRANCISCO cria comissão para estudar diaconisas, nomeando membresia equilibrada em termos de gênero. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/558471-francisco-cria-comissao-para-estudar-diaconisas-nomeando-membresia-equilibrada-em-termos-de-genero>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

GIERUS, Friedrich (Org.). *Mulheres que fizeram diferença*. Blumenau: Otto Kuhr, 2009.

HOORNAERT, Eduardo. *A Memória do Povo Cristão: uma história da Igreja nos três primeiros séculos*. Petrópolis: Vozes, 1986.

IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL. *Boletim Informativo do Conselho Diretor*, n. 10, 16 jan. 1971.

KAUCHAKJE, Samira. *Elaboração e planejamento de projetos sociais*. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

LEÓN, Maria A. Rodriguez. A discriminação da mulher na Igreja Católica. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *A mulher pobre na história da Igreja latino-americana*. São Paulo: Paulinas, 1984. p. 30-35.

LOCH, Nara. RES: *Dados sobre mulheres nos ministérios - Protocolo nro.:251237*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por ir.mann@hotmail.com, em 14 out. 2016.

LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas: debates e controvérsias, I*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1992.

LUTERO, Martinho. *Obras Seleccionadas: o programa da Reforma – escritos de 1520*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1989.

REIMER, Ivone Richter. Para Memória delas! Textos e Interpretações na (Re)Construção de Cristianismos Originários. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 41-53, jan./jun. 2010.

REIMER, Ivone Richter. *Vida de mulheres na sociedade e na igreja: uma exegese feminista de atos dos apóstolos*. São Paulo: Paulinas, 1995.

RUETHER, Rosemary Radford. *Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminista*. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

SPEHR, Christopher. Sacerdício de todos os Crentes e Ministério Eclesiástico em Lutero. In: SCHWAMBACH, Claus; SPEHR, Christopher. (Orgs.). *Reforma e Igreja: estudos sobre a eclesiologia da Reforma na história e na atualidade*. São Bento do Sul: União Cristã, 2015.

VALERIO, Adriana. *A presença feminina no Vaticano II: as 23 mulheres do Concílio*. São Paulo: Paulinas, 2014.